



# *MINISTÉRIO PÚBLICO*

## *DO ESTADO DO PARANÁ*

### **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

#### **EDITAL N.º 157/2022**

#### **Processo de seleção para estágio de Graduação em Direito no Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR.**

O Promotor de Justiça, Dr. Ródney André Cessel, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Protocolo n.º 19.19.0525.0023049/2022-79, resolvem:

#### **TORNAR PÚBLICO**

o presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e admissão de estagiários de graduação em Direito para atuarem na 25ª Promotoria de Justiça de Londrina.

#### **1. Das vagas**

- 1.1. O processo de seleção regulado por este Edital destina-se ao preenchimento de **01 (uma) vaga de estágio de Graduação em Direito** existente na 25ª Promotoria de Justiça de Londrina, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 7 deste Edital.
- 1.2. Ficam reservadas aos negros 30% (trinta por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Resolução PGJ 4171/2016.
- 1.3. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 1.4. A reserva de vagas dos itens 1.2 e 1.3 será aplicada considerando-se a hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e a formação de cadastro de reserva.
- 1.5. As vagas que eventualmente não forem preenchidas pelos candidatos descritos nos itens 1.1 e 1.2 serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
- 1.6. O cadastro de reserva poderá, a critério exclusivamente da 25ª Promotoria de Justiça de Londrina, ser cedido para outras unidades/promotorias. O candidato poderá optar em aceitar a vaga da outra unidade ou permanecer no cadastro de reserva.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

### 2. Da bolsa-auxílio

- 2.1. O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 1.056,80 (hum mil, cinquenta e seis reais e oitenta centavos) e auxílio-transporte no valor de R\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois reais).

### 3. Dos requisitos para a admissão

- 3.1. Para ser admitido como estagiário, o interessado deverá:
- a) ser estudante do curso de Graduação em Direito e estar regularmente matriculado e frequente no terceiro ou quarto ano ou quinto a oitavo período em Instituições de Ensino devidamente conveniadas;
  - b) ter disponibilidade de 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período **vespertino**;
  - c) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
  - d) não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos de atividade de estágio de graduação em Direito no âmbito do MPPR.

### 4. Das inscrições

- 4.1. Serão realizadas, isentas de custas, pelo preenchimento de ficha de inscrição disponível em: **<http://bit.ly/3LiKD22> ou pelo QR**

**CODE abaixo:**



no período de **20 de Setembro de 2022 (a partir das 13h30min) a 27 de Setembro de 2022 (até as 17h30min)**, que deverá ser impressa e entregue no local e prazo definidos no item seguinte.

- 4.1.1. **Para ser EFETIVADA A INSCRIÇÃO, será obrigatória a apresentação, entre os dias 20 de Setembro a 27 de Setembro de 2022 na recepção da Sede do Ministério Público (Rua Capitão Pedro Rufino, n.º 605, Jardim Europa, Londrina/PR), no horário das 13h30min às 17h30min, dos documentos abaixo:**
- a) Fotocópia da cédula de identidade, do CPF e do comprovante de residência;
  - b) Comprovante de matrícula atualizado e compatível com o estágio pretendido (não serão aceitos o histórico escolar ou cópia de contrato);
  - c) Ficha de inscrição impressa e preenchida com os dados do candidato para o teste, fornecida pelo órgão ministerial no endereço eletrônico acima.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

- 4.1.2. Será permitida a entrega da ficha de inscrição por terceiros, **se** devidamente assinada pelo(a) candidato(a).
- 4.2. Aos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Teste Seletivo, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, conforme estabelece o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, Lei 7.853, de 24/10/89 regulamentada pelo Decreto Federal 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.
  - 4.2.1. É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias especificadas no Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.
  - 4.2.2. Em obediência ao disposto no §5º do art. 17 da Lei nº 11.788/2008 e art. 35 da Resolução 1952/2009-PGJ aos candidatos portadores de deficiência será reservado o percentual de aproximadamente 10% (dez por cento) do total das vagas existentes.
  - 4.2.3. Aos candidatos portadores de deficiência serão resguardadas as condições especiais previstas no art. 38, da Lei Estadual nº 15.139 de 31/05/2006 e no art. 41 do Decreto Federal 3.298 de 20/12/1999, quais sejam, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
  - 4.2.4. Os candidatos portadores de deficiência que no ato da inscrição especificarem sua necessidade de tratamento diferenciado no dia da prova, deverão ainda requerê-lo por escrito, durante o período das inscrições e entregar na Secretaria do Ministério Público no Fórum Criminal (Avenida Duque de Caxias, 689 - Jardim Igapó – Londrina/Pr), indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas, anexando o laudo médico atestando a espécie, grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente à classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar revisão de adaptação da sua prova.
  - 4.2.5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá entregar o requerimento e laudo médico até o dia **27/09/2022**, entre as 13h30 e 17h30, no endereço acima mencionado, com o título de LAUDO MÉDICO – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ.
  - 4.2.6. Os candidatos que não atenderem, dentro do prazo do período das inscrições, aos dispositivos mencionados nos itens 4.2.4 e 4.2.5 não serão considerados como portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

- 4.2.7. Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, se aprovados no Teste Seletivo, terão seus nomes publicados em lista à parte e também na lista geral de classificação.
- 4.2.8. Os candidatos portadores de deficiência, que não realizarem a inscrição conforme as instruções Constantes deste Capítulo não poderão impetrar recurso em favor de sua situação.
- 4.2.9. Será eliminado da lista de portadores de deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na ficha de inscrição, não se constate, devendo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

### 5. Da data e local de prova

- 5.1. O local e a data das provas serão definidos em momento oportuno de acordo com o número de candidatos inscritos.

### 6. Do processo de seleção

O processo de seleção compreenderá duas fases, compostas por:

- 6.1 uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os seguintes temas:

**A) DIREITO CONSTITUCIONAL:** Princípios fundamentais; Direitos e garantias fundamentais; Poder judiciário; Funções essenciais à justiça.

**B) DIREITO PENAL:** Parte geral do Código Penal; Parte especial do Código Penal: crimes contra a pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a administração da justiça; Legislação especial: crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei dos Crimes Hediondos, Lei “Maria da Penha”, Lei de Drogas, Estatuto do Desarmamento, Crimes de Trânsito.

**C) DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Código de Processo Penal: processo em geral (Livro I), processo comum (Título I do Livro II), nulidades e recursos em geral (Livro III); Lei de Execução Penal; Lei dos Crimes Hediondos; Lei da Prisão Temporária; Lei de Interceptações Telefônicas; Lei dos Juizados Especiais; Lei “Maria da Penha”; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Crimes de Trânsito.

**D) PORTUGUÊS e CONHECIMENTOS GERAIS:** Análise e interpretação de textos; estrutura textual; relação entre ideias; coesão e coerência. Terminologias jurídicas.

- 6.2. entrevista com a autoridade solicitante ou pessoa indicada por este;
- 6.3. O candidato será informado através do e-mail de contato por ele fornecido no



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

momento da inscrição.

- 6.4. O candidato terá o prazo de 4 horas para concluir a prova.
- 6.5. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.
- 6.6. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.
- 6.7. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:
  - a) não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
  - b) que se apresentar após o horário indicado para início da prova ou em local diverso do estabelecido. É de exclusiva responsabilidade do candidato a ciência do local e horário de prova, o qual deverá acompanhar a publicação pelo site, conforme item 5. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova; O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência; O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua desclassificação.
- 6.8. Será excluído do exame o candidato que:
  - a) se negar a ser identificado, nos termos do item 6.6;
  - b) se identificar na folha de respostas;
  - c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização, ou levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;
  - d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
  - e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;
  - f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio;
  - g) estiver fazendo uso ou simplesmente deixar ligado qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
  - h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

- i) não devolver integralmente o material recebido;
  - j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- 6.9. Motivarão a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativos ao teste seletivo, aos comunicados, às Instruções ao Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.
- 6.10. A identificação do caderno de prova e folha de respostas dar-se-á exclusivamente através do n.º do R.G. do candidato, as provas identificadas com o nome ou outros dados do candidato serão desclassificadas. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações; As provas deverão ser **preenchidas em caneta azul ou preta, provas preenchidas a lápis serão desclassificadas**. Em qualquer hipótese, não ocorrerá a substituição das provas, nem das folhas de respostas; O penúltimo candidato a terminar a prova deverá aguardar o último candidato terminar a prova; Os eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como: bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, óculos escuros e equipamentos eletrônicos deverão ser por eles guardados antes do início das provas, e serão acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova.
- 6.11. Serão anuladas questões objetivas que apresentarem mais de uma resposta assinalada.
- 7. Da avaliação da prova, classificação dos candidatos**
- 7.1 A prova valerá 10 pontos e consistirá em questões objetivas e discursivas.**
- 7.2 Somente serão corrigidas as questões discursivas dos candidatos que obtiverem, no mínimo, 70% (setenta por cento) de acerto nas questões objetivas.**
- 7.3 Os candidatos que não alcançarem 70% (setenta por cento) de acerto nas questões objetivas estarão automaticamente desclassificados.**
- 7.4 O Português também será avaliado durante a correção das respostas discursivas, podendo ser critério desclassificatório.**
- 7.5 Serão aprovados, na 1ª fase, todos os candidatos que atingirem a nota mínima 7,0 (sete), **desde que preencham os requisitos constantes deste Edital** e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução nº. 4171/2016, da PGJ, disponível na página da internet do Ministério Público, em Centro de Estudos, Divisão de Estágios.
- 7.6 O resultado da 1ª fase** estará disponível no site [www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) (link Concursos/Testes Seletivos – Estagiários), e afixado nas Secretarias do Ministério Público junto aos Fóruns Cível e Criminal, **em data a ser definida**.
- 7.7 A entrevista será realizada em data a ser definida, com nota de 0 a 10.** Consiste em análise curricular e entrevista, para os aprovados na primeira fase que



# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

cumprirem o previsto no item 7.5.

**7.7.1 Da documentação necessária:** o candidato deverá apresentar no momento da entrevista os documentos abaixo.

- a) 01 foto 3x4;
- b) Histórico escolar;
- c) Currículo atualizado.

- 7.8 Serão aprovados na entrevista todos os candidatos que atingirem a nota mínima 7,0 (sete), **desde que preencham os requisitos constantes deste Edital** e estejam em conformidade com os dispositivos da Resolução nº. 4171/2016, da PGJ, disponível na página da internet do Ministério Público, em Centro de Estudos, Divisão de Estágios.
- 7.9 O critério de desempate dos candidatos classificados privilegiará aqueles com maior nota na entrevista.
- 7.10 A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.
- 7.11 O resultado do processo de seleção será divulgado no site da Escola Superior do MPPR.
- 7.12 O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo e-mail **ldfmaeyama@mppr.mp.br**

## **8. Da convocação**

- 8.1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item 7 deste Edital.
- 8.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.
- 8.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
  - a) aceitar a vaga ofertada
  - b) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva;
- 8.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
- 8.5. A desistência tratada no item 8.3.b é irretratável.
- 8.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 8.3.
- 8.7. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10





# MINISTÉRIO PÚBLICO

## DO ESTADO DO PARANÁ

(dez) dias contados da data da convocação, no endereço especificado munido dos documentos relacionados no Art. 21, §1º, do Regulamento de Estágios do MPPR.

- 8.8. A falta de qualquer um dos documentos a que se referem o item 8.7 implicará a não admissão do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

### **9. Das disposições finais**

- 9.1. Este Edital e o Regulamento de Estágios do MPPR ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo na página da Divisão de Estágios do MPPR em <https://escolasuperior.mppr.mp.br/pagina-356.html>
- 9.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.
- 9.3. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da página <https://apps.mppr.mp.br/estagiarios/ConsultaEditalList.seam>
- 9.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, o Regulamento de Estágios do MPPR e este Edital.
- 9.5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado do Paraná.
- 9.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná.

Londrina, 16 de Setembro de 2022.

**Ródney André Cessel**  
**Promotor de Justiça**  
**25ª Promotoria de Justiça**